

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OS CONDENADOS DA CERCA

Elynaldo Gonçalves Dantas
Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Ceará
elynaldohis@gmail.com

“Através da cerca de arame, apareciam-lhe os ranchos disseminados ao acaso. Até a miséria tem fantasia e criara ali os gêneros de habitação mais bizarros.”

Rachel de Queiroz em O Quinze

A epígrafe que abre este texto é tirada do romance *O Quinze*, da escritora Rachel de Queiroz. Neste livro a autora retrata a vida dos retirantes do Ceará durante a grande seca de 1915, até seus desdobramentos na capital cearense. Imbuída de um forte teor social sua narrativa dá um enfoque especial à experiência de concentração de pessoas que, fugindo da fome que grassava no interior, foram parar no Campo de Concentração do Alagadiço, localizado na zona oeste da cidade de Fortaleza. O projeto de construção do referido Campo, que no discurso das elites cearenses visava dar-lhes mínimas condições de sobrevivência, foi levado a cabo pelo Presidente do Estado, Benjamin Liberato Barroso em 1915.

O objetivo desse texto é problematizar a existência do arranjo espacial que possibilitou a construção do Campo de Concentração do Alagadiço enquanto um paradigma espacial projetado e conduzido metodicamente para lidar com corpos humanos considerados indesejáveis, ilegais, excessivos, supérfluos. As perguntas que nos movem nessa empreitada são: A quem e com quais fins interessava o controle e o ordenamento político dos corpos e dos espaços? Quais relações de poder-saber viabilizaram esse arranjo espacial?

Visando responder a tais questionamentos, partiremos principalmente das análises de Michel Foucault e de Giorgio Agamben que nos fornecem insumos para entendermos as relações de poder-saber que instituem arranjos espaciais de exceção do tipo Campo de Concentração, enquanto paradigma de governo do Estado moderno utilizado para isolar todos aqueles considerados indesejados para ordem e o progresso almejados por uma elite urbano-burguesa. A interlocução com o pensamento de Frantz Fanon e Achille Mbembe

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

também nos acompanha nesse percurso de problematização sobre um projeto de mundo dividido, compartimentado, para fins de exclusão e erradicação.

Fortaleza, ordem e progresso, para quem?

Abrimos esse texto com uma citação de *O Quinze*, referente à chegada e concentração de levas de migrantes desvalidos na cidade de Fortaleza durante o evento que ficou conhecido como a seca de 1915. Porém, essa não fora a primeira, nem a última, vez em que pessoas, quando esgotados seus recursos próprios, ou distribuídos pela caridade, pelo governo ou pelos laços de compadrio, cruzaram o interior do Ceará em direção à capital para fugir da fome e da miséria. Rodolfo Teófilo em seu livro *História da Secca do Ceará (1877-1880)*, relata que durante a estiagem de 1845, uma multidão tomara as ruas de Fortaleza, sem que o governo da província adotasse qualquer política que dirimisse tal situação, segundo Teófilo “fizeram-se preces, o governo remetteu esmolas, e ficou n’isso” (THEÓPHILO, 1922, p. 71). Quadro que começou a se modificar a partir da seca de 1877 quando, em julho desse mesmo ano, foram construídos os “abarracamentos” que eram alojamentos feitos para “abrigar” a população retirante. Mas o que explica tal inflexão na forma de tratar os corpos e os espaços em períodos de grandes secas?

Muito em decorrência da valorização do algodão no mercado mundial, sobretudo com a Inglaterra e a França, a Fortaleza de meados do século XIX aspirava o progresso e a modernidade seguindo o padrão de aformoseamento urbano ao estilo da *Belle Époque* europeia. Mas outros fatores também contribuíram para o impulso modernizador da capital cearense, tais como: o favorecimento político-administrativo do Império e a chegada de comerciantes europeus que abasteceram o mercado local com seus produtos (GARCIA, 2006, p. 29). E foi justamente buscando se ajustar aos padrões comerciais de produção e consumo que as transformações na urbe foram realizadas principalmente a partir do último quartel do século XIX.

Junto com os bulevares, que definiam os limites da cidade e facilitavam o escoamento do movimento urbano, e a iluminação via gás carbônico (a partir de 1867) vieram também a reestruturação dos prédios e casarões, principalmente das classes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dominantes, seguindo os padrões e modelos estéticos burguês-europeu (GARCIA, 2006, p. 35), bem como a inauguração de instituições voltadas ao saber e a cultura, tais como: o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (1887), a Academia Cearense (1894), o Instituto do Ceará e o teatro José Alencar (1910).

Tal modernização restrita ao perímetro central da cidade deveria ser acompanhada também de um ordenamento social em que os hábitos da população citadina também “respirasse” modernidade e civilização, nesse sentido podemos citar a elaboração dos Códigos de Posturas – elaboradas por um corpo técnico de engenheiros, urbanistas e médicos embebidos em teorias higienistas que visaram promover uma medicina urbana e social capaz de transformar/curar os costumes e comportamentos pessoais e cotidianos da população, especialmente sua relação social com os equipamentos urbanos –, dispositivos legais que buscavam regulamentar a realidade cotidiana da cidade, desde a limpeza urbana e a conservação de vias e calçadas, passando pelas edificações, abastecimento de água, comércio, indústria, aferições de medidas, disposição, higiene e saúde pública, até as práticas morais da população, códigos que expressam um caráter normativo e punitivo, que embora nem sempre tenham alcançado o êxito de suas proposições, já demonstram desejos e intensões arquitetadas pela administração pública.

Temos assim um projeto de cidade que já no último quartel do século XIX, almejava viver ares modernos em que ruas, prédios, transportes e população, em que carne e pedra, concretizariam verdadeiras fortalezas do progresso e da civilização na moderna capital cearense planejada pelas elites locais, e somente para elas, desfrutarem desses espaços. Desejos modernizadores que se chocavam com os efeitos da seca iniciada em 1877, em que uma multidão de sertanejos cruzaram o interior do Ceará e afluíram para o centro da capital.

Primeiro ponto que devemos levar em conta, a seca não pode ser usada como motivo único da migração desses sertanejos que buscavam por melhores condições de vida principalmente nos seringais da Amazônia e do Pará, movimento que se deu antes, durante e depois das estiagens, apontando assim que as relações político-econômicas e sociais baseadas no paternalismo de compadrio presentes no tecido social sertanejo já vinham se esgarçando mediante um quadro de transformações das relações sociais decorridas do avanço do agronegócio e a subjacente proletarização das populações rurais,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estas que já vinham aumentando consideravelmente (NEVES, 2000 apud CÂNDIDO, 2014, p. 62). Segundo ponto, nos anos secos anteriores a 1877, a política latifundiária das cercas já havia expulsado outras levas de camponeses em crescente precarização das condições de vida que chegavam ao limite quando as possibilidades da proteção paternalista lhes faltavam nesses momentos de crise, indo assim buscar socorro na capital da província, movimentos esses que eram um tanto quanto episódicos, mas, como já vimos a partir do comentário de Rodolfo Teófilo sobre a seca de 1845, sem exigir maiores atenções do Governo e das elites provinciais do que a doação de esmolas. Terceiro, a prática de segregar corpos indesejados do centro da cidade já vinha sendo colocada em uso em várias cidades brasileiras a partir do discurso urbano-higienista de modernização ao estilo europeu.

Mas a partir dos efeitos da seca iniciada em 1877 se dá uma nova forma de administração de políticas populacionais direcionadas aos indesejados da civilização moderna, principalmente aos campesinos que já não podiam contar com a caridade privada, nem com as relações paternalistas de uma elite agrária que perdia cada vez mais terreno no cenário político-econômico nacional. Dessa forma, no referido ano, o pequeno mundo burguês-urbano da capital do Ceará que se pretendia moderna e civilizada, cidade do futuro, sólida, de concreto e ferro, de ruas traçadas em xadrez e avenidas largas, cidade limpa e higiênica, cidade branca, se vê invadida pelo seu Outro: a cidade sertaneja, cidade do atraso, dos “mestiços de negro e índio”, enfim, do sertanejo, não apenas rústico e selvagem, mas bárbaro e faminto.

Fome. Aqueles a quem primeiro lhes foram negados a terra têm fome de tudo, mas a fome de nutrientes se faz presente em seus olhares tristes, em seu quase rastejar, nos seus corpos devastados pela longa procissão a cruzar o interior da província, devastados também pelas doenças que têm como causa principal a mesma fome que enfraquece seus corpos e mentes. Uma multidão de pessoas, trazendo os horrores da fome e da sede não só em seus corpos esqueléticos, mas também em sua subjetividade calcinada. Miséria advinda não só da seca, mas principalmente da cerca, da política latifundiária, que os condena a uma vida miserável de exploração e sacrifícios mesmo em tempos de chuva, mas que se vê chegar ao limite quando fatores climáticos e fatores

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sociais se amalgamam crestando suas últimas esperanças relegadas aos antigos laços de compadrio.

A elite fortalezense que projetara sua própria imagem em sua cidade se via agora às voltas com uma multidão de homens, mulheres e crianças a vagarem pelas ruas, procurando emprego, esmolando, se prostituindo, roubando para sobreviver. A cidade que então tinha por volta de 25 mil moradores, foi tomada entre 1877-1879 por mais de 100 mil retirantes (NEVES, 1995, p. 102), em cenas de “Assassinatos, suicídios, saques, loucura, antropofagia!” (NEVES, 1995, p. 94), “uma das desordens urbanas e sociais mais graves que Fortaleza já experimentou” (NEVES, 2005, p. 114 apud MONTEBELLO; SILVA, 2018, p. 64), transformando o espaço que se pretendia do moderno e do belo, em espaço do medo e da repugnância que lhes causavam aquela horda de enfermos e desnutridos, tornados assim pela mesma negação radical que a política de cercas lhes infringiam.

O mundo que eles mesmos havia cindindo a partir da lógica maniqueísta do Moderno X Atrasado, Civilização X Barbárie, Eu X Outro, se apresentava em toda sua crueza e miséria em meio aos seus espaços públicos, ruas e calçadas agora invadidos por essas figuras que passaram, a partir de uma ordem de saberes, a ganhar outro significado também naturalizado: retirantes. Aos camponeses que fugiam da miséria do mundo cercado do sertão, apenas para encontrar mais miséria, exploração e desprezo no mundo cercado por concreto das cidades, fora impingida essa máscara de retirantes, como nos diz Achille Mbembe ao tratar de como o racismo é um projeto desumanizador que no lugar da humanidade negada engendra o seu duplo, um simulacro, que produz uma “infravida” ao lhe vestir uma máscara no lugar do rosto, que converte em algo diferente, uma realidade diversa (MBEMBE, 2014, p. 66).

Esses retirantes eram vistos enquanto pessoas mal afamadas por causa de seus costumes, hábitos e pela forma de habitar o espaço urbano: sob o abrigo das árvores nas praças e ruas, expostos em sua miséria, dormindo em “choupanas, rêdes suspensas aos galhos dos cajueiros, cúpulas improvisadas com entrançamentos das ramagens dos muitos arbutos” (PATROCÍNIO, 1970, p. 122 apud GARCIA, 2006, p. 70). Aglomerados sob as sombras das árvores, nas ruas e praças vinham à luz dos transeuntes do progresso um cenário de sofrimento, penúria e falta total de privacidade. Nesse mundo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

compartimentado planejado pelo discurso da ordem e do progresso, tal qual nos lembra Frantz Fanon ao falar sobre o mundo colonial, as elites da capital fizeram dos retirantes uma espécie de quintessência do mal, não apenas sem valores civilizados, higiênicos, mas refratários a eles (FANON, 1968, p. 30). Mundo sertanejo que agora se chocava numa escala sem precedentes com os sonhos modernizadores da capital e num momento de esgarçamento da ordem político-econômica-social da sociedade agrária. Passa-se então a uma nova forma de se lidar com esses corpos indesejados nascidos do flagelo da seca, dessa forma toda uma tecnologia de poder-saber é mobilizada para dar ordem a um mundo visto enquanto desordenado: era preciso afastá-los, apartá-los do centro da cidade, ordená-los, discipliná-los e se possível, lucrar com eles.

Nesse sentido, uma das medidas tomadas pelo poder público em consonância com as elites locais (políticos, burgueses, letrados, inclusive médicos e engenheiros) foi a promoção da saída desses retirantes para outras áreas do país em expansão a partir de passagens subvencionadas pelo poder público, entre os principais destinos: São Paulo para trabalhar nos cafezais; Pará, Maranhão e Amazonas, sendo estes os mais procurados, sobretudo por causa da extração da borracha que já fazia parte da corrente de imigração dos sertanejos. A segunda medida em uníssono de afastamento dos indesejados da cidade, foi sua alocação para os “abarracamentos”. Estes foram fundados em julho de 1877, primeiramente feitos sem organização, depois passaram a ser erigidos a partir de um controle de planejamento, que previa ainda a distribuição de roupas e alimentos, denominados socorros públicos, de forma a expulsar os retirantes que já estavam na cidade, bem como direcionar a multidão de famintos que não cessava de chegar à capital para esse espaço outro.

Dessa forma, a partir da seca de 1877, o governo provincial abolindo a antiga prática de distribuição de esmolas, a partir de então entendidas enquanto mal costume, passou a empregar os retirantes, em troca de ração, roupa e dinheiro¹ em diversos serviços de melhoramento da cidade, bem como na construção de suas próprias moradias (os abarracamentos) que atendendo as pretensões da cidade moderna, foram construídos nos

¹ Sobre o salário dado aos flagelados, Tyrone Cândido, em sua tese, nos dá um panorama do que significava essa relação: “Eram assalariados? Parcialmente sim, contanto que tenhamos sempre em mente que uma parte considerável de seus pagamentos eram feitos através de fornecimento de comida e roupas; em dinheiro, quase não tocavam. O trabalho forçado a qual tantos eram submetidos não permite que se diga que eram propriamente trabalhadores livres, mas tampouco eram escravos.” (CÂNDIDO, 2014, p. 25-26).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

arredores da cidade. O que demonstra uma prática de ordenamento espacial a partir do afastamento dos corpos indesejados para áreas limítrofes, bem como o disciplinamento desses corpos, agora alvos do poder. Corpos antes inaptos e perigosos, que mendigavam, prostituíam-se, roubavam e matavam², passaram a ser manipulados, treinados, docilizados, corpos que obedecem, corpo útil, ao mesmo tempo submisso e produtivo (FOUCAULT, 2008, p. 26). Tentativa de controle e disciplinarização que não se deu forma passiva, que encontrou resistência³.

Vemos assim uma nova forma de gerir a população que uma vez desprezada de políticas públicas e abandonadas pelos seus “padrinhos” em tempos tão difíceis buscaram também nos saques, na mendicância e na prostituição uma forma de viver. Dessa forma se desenvolve uma política dos e sobre os corpos em que a fome e o trabalho passaram a ser utilizados como forma de controle para diminuir os impulsos rebeldes dos corpos alvos e canalizá-los para uma forma passiva e economicamente rentável em dois sentidos: primeiro, como mão de obra quase gratuita a ser empregada em melhoramentos urbanos e demais “obras de socorro” como na estrada de ferro Baturité. Segundo, como forma de atrair recursos do governo federal destinado ao combate da seca. Ou seja, o que representava seca e miséria para alguns, para outros passou a significar um bom inverno e fartura.

Isolamento e disciplinarização, técnicas e procedimentos de medicalização, micromecânica dos espaços e dos corpos, microfísica do poder que a burguesia fortaleceu se voltou não tanto por atenção aos retirantes, mas pelo poder que incide sobre eles, e do qual tiraram um lucro político e uma utilidade econômica. Racismo de Estado voltado contra sua própria sociedade, mais especificamente contra aqueles entendidos/construídos discursivamente enquanto os párias da modernidade, a “sub-raça de bárbaros”: os sertanejos.

De construções que num primeiro momento eram feitas sem muita preocupação à sua posterior fixação atendendo aos rigores de uma medicina urbana higienista que fixou

² Não por “reação instintiva” ou impensada para matar a fome. Ações que traziam consigo um conteúdo político alimentado por valores ligados à tradição do apadrinhamento. (RAMOS, 1998, p. 47).

³ Sobre essas formas de resistência que fogem ao escopo de nosso trabalho, ver o trabalho que consideramos seminal do historiador Tyrone Cândido, que aborda as diversas maneiras pelas quais os proletários das secas (1877-1919) burlaram o controle operário, desviando as regras pretendidas pelas autoridades, transformando tal projeto disciplinador também em um aprendizado de formas de resistência, incorporando inclusive outras tradições rebeldes. Ver: (CÂNDIDO, 2014).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os abarracamentos nas áreas à sotavento (para onde vai o vento no sentido terra/mar), ou seja, nas zonas limítrofes do centro da cidade, o que podemos notar é uma política não de preocupação com os retirantes, mas sim com às técnicas de controle sobre eles e atinentes a fazer viver o corpo dócil, lucrativo político-economicamente, ou simplesmente deixá-los morrerem aglomerados sem mais auxílios e em condições precárias de higiene, o que tornou os abarracamentos em verdadeiras estufas de doenças, como foi o caso da varíola, convertendo esse arranjo espacial em verdadeiras necrópoles. Abarracamentos que, durando formalmente até 1879, acabaram por expandir a área perimetral da cidade, possibilitando o desenvolvimento de alguns bairros⁴ vistos ainda hoje enquanto “espaço outro”, pois periférico, da cidade.

Campo de concentração do Alagadiço: a exceção que é a regra

No início de 1915 uma nova estiagem se anunciava no horizonte do credo sertanejo que buscava na interpretação de fenômenos da natureza os sinais da esperada chuva... que não veio. Mais uma vez a estiagem associada à falta de políticas públicas direcionadas àqueles que viviam das pequenas lavouras de subsistência e castigados também pelo latifúndio excludente e perpetuador de relações sociais e econômicas de submissão e dependência, passava a calcinar as esperanças dessa população sobreviver em seus territórios de origem. A retirada em busca da sobrevivência se apresentava mais uma vez como oportunidade para os filhos da cerca que novamente voltavam a cruzar, famélicos, o interior do Ceará rumo à capital Fortaleza, ou aos outros destinos promissores de uma nova vida que já faziam parte do itinerário dessa população (os cafezais no Sudeste ou as áreas de extração da borracha na região amazônica).

Mudança significativa desse período foi a preocupação das elites cearenses com o despovoamento do Estado. Se antes a distribuição de passagens como forma de aliviar a pressão dos retirantes nas cidades fazia parte das medidas governamentais, em 1915 tal prática passou a ser entendida enquanto duplo prejuízo econômico: o primeiro, diz respeito a necessidade de se manter uma mão de obra extremamente barata a ser utilizada em “tempos bons” nas práticas agrícolas, e nas obras de socorros públicos e

⁴ Entre esses bairros podemos citar: Aldeota, Parangaba, Jacarecanga, Mucuripe. (GARCIA, 2006, p. 17).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aformoseamento da capital, quando das estiagens. Segundo, é que a manutenção da imagem da seca, do flagelo, da dor e da miséria dessas pessoas fazia parte do discurso da seca utilizado como arma para atrair recursos federais e doações.

Outra mudança, em 1915 o cenário de procissão dos retirantes pelo interior do Estado sofrera alterações: as longas e muitas das vezes mortais caminhadas cruzando o interior do estado rumo à capital, característica marcante e enraizada nas memórias sobre a seca de 1877-1879, foram em grande parte substituídas pela corrida em direção às estações da malha ferroviária que compunham a Estrada de Ferro de Baturité, iniciada em 1870, construída a partir de então por esses próprios sertanejos, e que em 1915 se estendia até o Sertão Central do Estado no município de Iguatu. Essa busca pelos caminhos por onde os trens cruzavam o sertão como válvula de escape da seca passou a configurar, segundo a historiadora Kênia Rios (2014, p. 20-22) “uma geografia da migração”. As estações de trem passaram assim a ser antessalas do que esses emigrados encontrariam na Capital. São corpos esqueléticos, crianças, mulheres, homens, em farrapos, pele e ossos, em condições precárias, insistentes (ou seriam penitentes?) em sobreviver nos sertões da cerca e da seca. Esperavam o trem que, por suas vias férreas, faziam circular o capital, a civilização, mas também a desolação, os famintos, a barbárie. Não há contradição na viação desse progresso, apenas a desigualdade social criada por esse mesmo sistema escancarada, nua.

Como podemos imaginar nem todos os retirantes conseguiram passagens nos trens, então seja pelas locomotivas, seja pela prática andeja, segundo o historiador Armando Pinheiro Neto, findado o marco simbólico do credo sertanejo do dia de São José enquanto anunciador de chuvas ou seca (PINHEIRO, 2014, p. 67), em 23 de março de 1915, os jornais da época já noticiavam a chegada dos primeiros retirantes à capital, número esse que passou a crescer a cada dia. Retirantes que passaram a somar-se à toda aqueles cidadãos pobres, excluídos e marginalizados do processo de aburguesamento do espaço público e que tentavam se ajustar à vida numa cidade aformoseada por eles, mas não para eles.

Milhares de corpos indesejados mais uma vez tomavam a capital do Ceará, trazendo em sua parca bagagem a memória e os costumes de um tempo e de um espaço que não eram aceitos nessa cidade que também não fora feita para eles. Eram os corpos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esquálidos que traziam o atraso e a barbárie do sertão, a memória dos saques – que remetiam também aos acontecimentos recentes da chamada Sedição do Juazeiro – da prostituição e da peste da varíola que varrera Fortaleza entre 1877-1879, passando a se instalar bem no meio do passeio público, local privilegiado para o lazer das elites fortalezenses.

Corpos, espaço e tempo do medo a assombrar os pretensos desejos modernizantes da urbe fortalezense que se sentiam então ameaçados não pela seca, mas por aqueles que dela fugiam e, ainda em meados de 1915, chegavam ao número três mil pessoas aglomeradas em meio ao passeio público, lugar feito para o lazer e o desfile de hábitos afrancesados, das melhores roupas, de uma moral burguesa que se pretendia limpa e civilizada, e agora se encontrava tomada pela fome que ganhava forma e feições nesses retirantes, que vagavam maltrapilhos a esmolar, saquear, mantendo em meio às praças relações sexuais, se prostituindo, defecando e urinando nos arbustos. O pequeno mundo burguês das elites fortalezenses se encontrava fora ordem, era preciso ordená-lo! Medida adotada: A construção do Campo de Concentração do Alagadiço, o que segundo o Presidente do Estado à época, facilitaria a distribuição de socorros, ofereceria trabalho e serviços organizados pelo governo em troca de “alimento abundante para todo o pessoal” (ESTADO DO CEARÁ, 1916, p. 7 apud PINHEIRO, 2014, p. 74).

No ano de 1916, durante a mensagem anual dirigida à Assembleia Legislativa do Ceará, o Presidente do Estado, Coronel Benjamin Liberato Barroso assim justificou a constituição do Campo:

Nesta capital os flagelados foram agasalhados, a princípio no Passeio Público, enquanto o número não excedeu de três mil, mas para logo subiu de uma maneira tão rápida que foi preciso retirá-los e localizá-los em um vasto terreno no Alagadiço, cercado, bem arborizado, que tomou o nome de Campo de Concentração, em que foram feitas ligeiras instalações inclusive de luz elétrica que facilitava a fiscalização à noite. Isso deu lugar a que não fossem registrados atos de desrespeitos ao pudor (ESTADO DO CEARÁ, 1916, p. 7 apud PINHEIRO, 2014, p. 74).

1915, marca assim uma inflexão nas relações de poder-saber que constituem uma nova mecânica de controle e ordenamento dos elementos e dos espaços que não repetissem os erros das experiências anteriores dos abarracamentos “que enfeivavam e contaminavam os ares da cidade que vaidosamente se modernizava” (NEVES, 1995, p.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

94), instituí-se então o Campo de Concentração como política de confinamento dos (in)desejáveis agora vestidos com outra máscara desumanizadora, outro simulacro a produzir nova forma de “infravida” – o flagelado. A esse respeito Rodolfo Teófilo, fala:

Os retirantes estiveram no Passeio Público até se preparar no Alagadiço o futuro "abarracamento", o qual tomou, não sei por quê, nome de "campo de concentração" e o povo batizou de "curral". O retirante perdeu seu antigo e expressivo nome e começou a chamar-se "flagelado". Coisas do tempo e da moda. Em todas as secas chamou-se ao sertanejo que emigra de "retirante" e não de "flagelado" (TEÓFILO, 1915, p. 55).

Nos atendo à citação de Liberato Barroso e a de Rodolfo Teófilo, logo percebemos que existiu uma disputa em torno da nomenclatura a ser dada a esse novo método de exclusão dos indesejados-flagelados. Não mais o caos dos espaços “abarracamentos”, mas a ordem instituída do lugar de internamento em uma nova roupagem, agora científica, lhe é dada oficialmente: Campo de Concentração. Expressão que, como lembra Pinheiro Neto, vinha sendo bastante utilizada no contexto da Grande Guerra (1914-1918), em referência aos locais onde prisioneiros, tropas e equipamentos ficavam à espera do momento de seguir para o *front* (PINHEIRO, 2014, p. 74). Então Liberato Barroso usa uma nomenclatura moderna que busca expressar não mais um espaço qualquer de mero despejo de corpos, mas sim um lugar racionalizado, estruturado para o confinamento que remeteria ao moderno, mesmo que com certo improviso “foram feitas ligeiras instalações”. Ao passo que o saber popular logo denominara de “curral do governo” (NEVES, 1995, p. 105), demonstrativo de como os confinados entenderam a estruturação desse lugar feito para formas de vida que têm sua humanidade negada.

Tais Campos são assim espaços que se abrem quando a exceção vira regra (AGAMBEN, 2010, p. 164-165), somente possíveis a partir de todo um aparato literário, médico, arquitetural, jurídico, entre outros saberes, que dão sustentação científica e legal a uma forma de governar sobre corpos que têm sua humanidade negada, por serem vistos enquanto bárbaros, incivilizados, ou mesmo animais, ameaçadores de uma certa forma de vida dita superior, desenvolvida, civilizada. Uma vez que relações de poder-saber destituem de humanidade e de proteção jurídica esses corpos, cria-se o que Agamben chamou de *vida nua*, ou seja, uma experiência de desproteção e de estado de ilegalidade de quem é submetido a viver em estado de exceção e em espaços de exceção edificados

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

para interditar certas formas de vida e proteger outras o que configura uma política de Estado exercida enquanto democratização do direito de matar ou de deixar morrer.

E foi assim que, não só enquanto materialização das relações de poder-saber, mas eles próprios produtos e produtores de novos saberes e novas formas de poder (NEVES, 1995, p. 94), na zona oeste de Fortaleza, aproximadamente a seis quilômetros do centro da cidade, o governador Benjamin Liberato Barroso ordenou a construção do primeiro campo do Ceará. Em suas próprias palavras, “cercado e bem arborizado”; ali “foram feitas ligeiras instalações, inclusive de luz elétrica que facilitava a fiscalização à noite”, no vasto terreno de 2,5km² chamado de Alagadiço. Pelas palavras de Liberato Barroso podemos perceber uma preocupação em mostrar o Campo do Alagadiço enquanto um lugar com condições dignas e modernas para o recebimento dos três mil flagelados que estavam abrigados no Passeio Público. Mas havia mesmo, por parte dele e dos que ele representa, a preocupação com as condições de vida dessas pessoas? Vejamos.

A resposta pode ser buscada a partir do documento que Armando Pinheiro Neto traz em sua dissertação: o Relatório do Inspetor de Higiene, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, apresentado ao Secretário de Negócios do Interior Dr. Aurélio de Lavor em maio de 1916, no qual há o relato de uma conversa entre o Dr. Carlos da Costa Ribeiro e o Coronel Liberato Barroso, em que este “afirma que não é a fome o maior problema dos retirantes, mas a varíola e “o assalto a honra das donzelas”, e faz recomendações de que o Inspetor resolvesse o primeiro problema que ele resolveria o segundo” (PINHEIRO, 2014, p. 77). Temos assim um argumento moralista patriarcal de defesa da honra e da moral das “donzelas” como uma das motivações para a construção do campo. O cuidado em manter o campo iluminado “para a fiscalização”, numa época em que essa prática ainda era bem precária em Fortaleza, também denota uma preocupação com a manutenção da ordem matendo espaços claros, observáveis, evitando assim assaltos e outras práticas consideradas imorais à ordem burguesa.

Havia no arranjo espacial Campo do Alagadiço, construído para três mil pessoas mas que logo chegara ao número de oito mil, alguma preocupação com saúde dos internos? Segundo o engenheiro e escritor Thomaz Pompeu Sobrinho, “Abrigo é expressão por demais lisonjeira, irônica; eufemismo que se impunha na falta de um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vocábulo que melhor exprimisse o simulacro de arrancho, onde mal repousavam e dormiam forasteiros, expostos às intempéries [...]”(BRASIL SOBRINHO, 1982, p. 21 apud PINHEIRO, 2014, p. 85).

Rodolfo Teófilo no seu livro *A seca de 1915*, relata que quando ainda se esboçava a planta do Campo destinado aos flagelados, avisara ao Presidente do Estado que “Aglomerar os retirantes era matá-los” (TEÓFILO, 1980, p. 52 apud PINHEIRO, 2014, p. 97), dado que a concentração de pessoas debilitadas pela fome, pela miséria, em locais insalubres e em condições precárias de higiene era desaconselhável e provável fonte de disseminação de doenças. E foi justamente essas condições que ele constatou no Alagadiço (TEÓFILO, 1915, p. 57-60).

Respondendo a indagação anterior: o Governo Provisório, ecoando as vozes das elites fortalezenses, realmente se importou com o bem-estar dos flagelados? Não. Houve sim uma preocupação em manter a ordem, em defender a moral burguesa e a propriedade privada, em defender uma forma de vida urbano-burguesa que se via ameaçada pela invasão desses corpos sertanejos vistos enquanto transportadores da barbárie e da peste.

A outra medida tomada e que caminhava *pari passu* com a política de isolamento, que visava manter a cidade dos ricos parcialmente afastada da miséria a partir do isolamento da pobreza, foi, inspirado no discurso humanitário de influência cristã católica, a caridade e a exploração da força de trabalho. Solução ideal para uma sociedade que, pautada nas aparências burguesas/cristãs, odeia pobres e marginais, mas tem profunda compaixão pela pobreza e pela marginalidade. Nesse sentido, durante todo ano de 1915 também foram realizados Brasil a fora vários eventos de caridade para socorrer os flagelados, medidas úteis para exibirem sua “generosidade” e sensibilidade social e tão distantes de promoverem políticas de justiça e igualdade social.

A exploração da força de trabalho também foi usada pelas elites fortalezenses a partir de uma lógica de caridade para com os flagelados, pois como dito anteriormente a prática da mendicância passara a ser entendida como algo prejudicial, degenerativo, usada principalmente por, nas palavras do então deputado Gustavo Barroso, “fingidos, vagabundos, preguiçosos e exploradores” (FON-FON, 06 out. 1917). Dessa forma usou-se do discurso de que o trabalho libertava, engrandecia e dignificava o homem, para se produzir um corpo dócil, disciplinando, uma força que deveria ser direcionada da rebeldia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e do caos para o ordenamento e a lucratividade político-econômica, não só evitando o perigo que esses corpos representavam à sua ordem, mas empregando-os de forma útil.

Segundo o então Presidente do Estado, era questão de empregar os flagelados “rapazes e homens moços e sadios, embora enfraquecidos” que já estavam na urbe em 1915, em “trabalho de terraplanagem nas ruas e praças da cidade” (CÂNDIDO, 2014, p.110), construindo e/ou reformando calçadas e prédios públicos. Bem como, de forma a impedir um maior afluxo desses sujeitos à capital e contendo a fuga de mão de obra do Estado, empregando-os em obras de socorros nas construções da comissão de Obras Novas Contra as Secas, que se encontravam espalhadas no caminho dos retirantes, tais como: o prolongamento de estradas de ferro, construção de grandes e pequenos açudes, reforma do porto, abertura de canais, dentre outras iniciativas.

Importante ressaltar, à luz da pesquisa do historiador Tyrone Cândido, que o desenrolar desses projetos, tanto na capital quanto nas frentes de trabalho espalhadas pelo interior do Estado, foram marcadas por condições degradantes, exploração, fome, castigos, doenças (CÂNDIDO, 2014, p. 40), mão de obra quase gratuita a labutar em troca de moradia, ração e roupas. Exploração da mão de obra barata, que ajudou a construir uma cidade feita por eles, mas não para eles, que trouxeram melhoramentos para determinados setores da cidade e do interior a partir de obras que eram realizados principalmente atendendo assim aos interesses dos potentados locais, trazendo benefícios e lucros dos quais esses homens, mulheres e crianças, submetidos à condições de trabalho insalubres e desumanas, não desfrutariam.

Infortúnio de uns, riqueza de outros. O jornal *A Rua*, passou a abordar uma série de denúncias sobre como o dinheiro enviado pelos “irmãos do Sul”, vinham sendo desviados pelo então Presidente do Estado Liberato Barroso, para fins outros que não o cuidado com os “flagellados”. Por exemplo, a edição do dia 25 de outubro de 1915, na coluna “Novas e Ecos”, reportava indignação com o fato de Liberato Barroso estar “desvirtuando o dinheiro das esmolas”, empregando o dinheiro enviado no “jardinamento de Fortaleza e no concerto de açudes”, o que segundo a matéria configuraria um “verdadeiro roubo para quem o desvia”, colocando assim em xeque futuras doações. (A RUA, 25 out. 1915).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Temos assim um cenário em que obras contra a seca e a imagem dos flagelados eram utilizadas sistematicamente em jornais, livros e discursos políticos inflamados, com o objetivo de persuadir a opinião pública e conseguir cada vez mais verbas federais e donativos que acabavam por garantir a riqueza de poucos e a manutenção da miséria de muitos.

Gestão da miséria e dos miseráveis, saberes e técnicas empregados na edificação de espaços da modernidade sobre os escombros de espaços da exclusão de pessoas que, como nos diz Hannah Arendt (1973, p. 376): “mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido”. Pessoas que só têm sido lembradas para o esquecimento após a sua utilização, esquecimento este que caracterizaria o verdadeiro horror do mundo concentracionário.

Poder soberano que se volta cada vez mais para a vida, produzindo uma forma de vida desejável para ocupar os espaços da modernidade, e produzindo formas de vida despojadas dos direitos mais básicos. Política sobre a vida que não deixa de infundir também a morte, não mais direta, mas sim a morte indireta e “mais aceitável” do deixar morrer, a partir da redistribuição do espaço social. Campo de Concentração do Alagadiço, feito com o discurso humanitário cristão de facilitar a distribuição dos socorros e permitir um tratamento mais humano aos flagelados, mas que logo se mostrou “verdadeiro depósito de seres humanos” (NEVES, 1995, p. 99), ambiente propício, pela aglomeração e falta de condições mínimas de higiene, à proliferação de doenças como o sarampo, a varicela e outras moléstias que encontraram nos corpos desgastados pela fome, pela miséria, extenuados pelas longas jornadas de trabalho forçado, pelo abandono político deliberado que não fornecia medicamentos suficientes e chegou mesmo a distribuir leite adulterado para os internos, alvos perfeitos. Campo de Concentração que logo transformou-se num verdadeiro “campo santo”, como alertara Rodolfo Teófilo, atingindo até dezembro de 1915, um total de 2.785 pessoas (PINHEIRO, 2014, p. 115), sendo a maioria crianças (NEVES, 1995, p. 98), afinal não basta exterminar o presente dessa população, foi preciso também eliminar o seu futuro.

Campo do Alagadiço que fora dissolvido já em dezembro de 1915, mas experiência que retorna no Ceará em 1932 de forma mais sistematizada e interiorizada a partir de outras relações de poder-saber. Campos de Concentração, resultados de um

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estado de exceção que permanece – que é a regra – sob novas máscaras, tais como as cercas, as celas, favelas, muros, cercos, fronteiras que lança seus condenados numa zona de negação da humanidade destinada aos sub-humanos ou não-humanos que não podem habitar o mesmo mundo nascido do “Humanismo racista do europeu que só pode fazer-se homem fabricando escravos e monstros” (FANON, 1968, p. 17).

Referências bibliográficas:

A RUA. Rio de Janeiro, n. 295, p. 2, 25 out. 1915. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/236403/1898>. Acesso em: 12 mar. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 1973.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 2014. 354f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42509>. Acesso em: 07 mar. 2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1968.

FON-FON. **Mendigos**. Rio de Janeiro, n. 40, p. 19, 06 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=259063&pagfis=28868>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na cidade do sol**: O ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12974>. Acesso em: 10 mar 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1. ed., Lisboa: Antígona, 2014.

MONTEBELLO, Natalia Monzón; SILVA, Marcílio Medeiros. Retirantes flagelados no Ceará-da-seca: (bio)políticas populacionais na consolidação do Estado Moderno. **Conhecer**: Debate entre o público e o privado. v. 8, n. 21, p. 60-77, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1058/971>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NEVES, Frederico de Castro. Cural dos bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915-1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995. Disponível em: [file:///C:/Users/cp/Downloads/fredericodecastro%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/cp/Downloads/fredericodecastro%20(4).pdf). Acesso em: 11 mar. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PINHEIRO, Armando Neto. **De curral da fome a campo santo**: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_armando-p-neto. Acesso em: 10 mar. 2021.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O verbo encantado**: a construção do Padre Cícero no imaginário dos devotos. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará /UFC, 2014.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Seca de 1915**. Edição fac-símile. Fortaleza: Ed. UFC, 1980.

THEÓPHILO, Rodolfo. **História das Secas do Ceará**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Inglesa. 1922.